

DIA NACIONAL DE LUTA Servidores Federais na retomada da Campanha Salarial



Ato protestou também contra a privatização do BEC

Em 14 de setembro os servidores federais realizaram um Dia Nacional de Luta, com ato em frente à Agência do BEC dos Peixinhos (Rua Br. do Rio Branco, 1288 - Centro), a partir das 9h. O local foi escolhido para protestar também contra a privatização do BEC e tornou-se vitorioso, pois no dia seguinte a venda do banco foi suspensa. No mesmo dia, os servidores do Ministério da Defesa também realizaram ato, às 10h, com manifestação em frente ao Hospital do Exército (Av. Desembargador Moreira, 1500). (pág. 8)

Governo retira 33% do salário dos servidores do DNOCS



Servidores estão indignados com a retirada da gratificação

No dia 12 de setembro, os servidores do DNOCS realizaram um ato com uma missa campal em frente ao órgão. A partir das 8h30, o Pe. Haroldo Coelho celebrou com a categoria sob protesto. A criminoso retirada da gratificação implantada há mais de 20 anos nos contracheques dos funcionários do DNOCS provocou uma manifestação dos servidores do órgão em frente ao edifício sede daquela repartição nos dias 2 e 5 de setembro. O SINTSEF/CE esteve sempre presente, com o carro de som, levando solidariedade aos servidores que ficaram revoltados com a supressão de 33,33% dos seus proventos. (pág. 8)

FUNASA: SINTSEF/CE reúne-se com secretário de Saúde do Estado



Problemas da FUNASA em pauta

Representantes do SINTSEF/CE – diretores Luís Carlos Macêdo, Helano Furtado e José de Assis – foram recebidos pelo secretário de Saúde do Estado, Jurandir Frutuoso, em audiência ocorrida dia 12 de setembro, às 16h, na sede da Secretaria da Saúde (SESA). Na oportunidade, o SINTSEF/CE entregou um minidossiê aglutinando todas as reivindicações. Acerca das questões tratadas, foi assumido o compromisso pela SESA de dar um retorno ao SINTSEF/CE ainda em setembro. (pág. 7)

Reunião dos aposentados e pensionistas da Região Metropolitana filiados ao SINTSEF/CE: dia 19 de outubro, às 15h, no auditório do Sindicato. Pauta: eleição dos delegados ao V Encontro Nacional dos Aposentados e Pensionistas da CONDSEF, dias 28 e 29/10, em Brasília-DF.

Um governo sem palavra: Lula veta reajuste de servidores federais para 2006

Diz o ditado popular que “quem mente, rouba”. Pela forma com que os servidores públicos foram tratados até agora pelo governo Lula, essa lógica parece de fato ter sentido. A palavra empenhada pelo governo em todas as negociações tem peso ZERO (talvez sob inspiração do tal programa Fome ZERO).

Por fim, vetou - na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) - o reajuste previsto para os servidores federais em 2006. Trata-se de um crime contra os trabalhadores.

Na verdade, ZERO é a nota que praticamente a totalidade dos servidores federais têm a dar ao governo. Não se respeita o que é acordado nas mesas de negociações. Saímos de uma GREVE forte - num erro crasso de estratégia do setor majoritário da direção da CONDSEF - tendo nas mãos apenas promessas. Até agora, sequer tivemos o início das negociações implementadas.

Ao nosso ver, quem não sustenta a palavra não tem honra. Mente. E, seguindo a lógica popular, parece que a corrupção era só o próximo passo a ser dado para quem se encastelou no poder, deu as costas para quem o apoiou

e vem continuando a política econômica neoliberal de Collor, Itamar e FHC. Lula achou-se dono do poder, fez acordos com a direita mais reacionária. Agora, essa mesma direita que lhe deu a mão está o apunhalando pelas costas. Desesperado, quer voltar no tempo e reconquistar o apoio do movimento sindical.



Quanta ingenuidade! Quanto despreparo! Quanta falta de coragem!

O Orçamento da União para o próximo ano apresenta problemas. O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, disse, ao apresentar a proposta, que para o reajuste dos servidores em 2006 os únicos recursos disponíveis serão o R\$ 1,5 bilhão da reserva específica. Esse valor deverá

englobar reajustes individuais para determinadas categorias e um eventual reajuste linear para todos os funcionários. No entanto, o ministro ressaltou que o governo ainda não definiu se dará aumento geral. “Não há um percentual linear de reajuste para os servidores”, afirmou. Os recursos reservados para reajustes não satisfazem a categoria. O dinheiro é insignificante. Com R\$ 1,5 bilhão não dá para nada. Seriam necessários, pelo menos, R\$ 5 bilhões. Não podemos abrir mão do reajuste linear e do incremento salarial para as categorias que acumulam perdas históricas.

Novamente, os trabalhadores aprendem a lição: a vitória só se conquista a partir da luta construída por nós mesmos, no campo, na cidade, em cada local de trabalho. Não precisamos de “salvadores da pátria”. Dependemos unicamente do nosso próprio esforço, do nosso poder de conscientização e mobilização. Por isso, exigimos do governo Lula/FMI o cumprimento dos acordos, em defesa dos direitos dos servidores, em defesa do serviço público de qualidade e em defesa do povo brasileiro.

A DIREÇÃO COLEGIADA

Encontro Nacional dos Trabalhadores do Campo e da Cidade

Pautados na defesa da independência das organizações construídas pelos trabalhadores (servidores públicos das três esferas, ferroviários, industriários etc.) e jovens, 750 militantes de movimentos sociais de 14 estados do país se reuniram em São Paulo, na quadra da sede do Sindicato dos Bancários, dia 4 de setembro, com o objetivo de organizar campanhas que exijam do governo Lula o atendimento das reivindicações populares. Em pauta, a luta pela estatização das fábricas ocupadas pelos trabalhadores, em defesa dos serviços públicos, pela reestatização das ferrovias e das empresas privatizadas, pela reforma agrária já para um milhão de famílias, pela soberania nacional. O SINTSEF/CE foi representado pelo diretor José Afonso Barbosa da Costa. Do Ceará, com-

pareceram também o professor Eudes Baima (SINDUECE) e José Carlos (diretor do SINTUFCE).

Ao final, foi elaborada a Declaração final do Encontro. Haverá uma campanha continental em defesa da soberania nacional, contra as privatizações e em defesa das estatizações. Foi elaborada uma carta à sociedade denunciando o descaso do governo dos EUA com a população negra de New Orleans. Propor à CUT a realização de um Encontro Nacional dos Servidores Públicos das três esferas (federal, estadual e municipal). Será elaborado também um documento a ser enviado às entidades sindicais defendendo a autonomia da CUT e dos sindicatos em relação ao governo Lula. Finalmente, outro documento será assinado por entidades de todo o Brasil contra a privatização do BEC.

Grito dos Excluídos



Manifestação da 11ª edição do Grito dos Excluídos na Cidade Estrutural, periferia do Distrito Federal.

Este ano o Grito teve como tema “Brasil: em nossas mãos a mudança”, dia 7 de setembro. Representantes de vários movimentos sociais, sindicais, paróquias e trabalhadores em geral fizeram do Grito dos Excluídos uma forte ocasião de reflexão e luta. Em Fortaleza, a caminhada iniciada na avenida Leste-Oeste, à beira-mar, seguiu até o pólo de lazer da Barra do Ceará. O SINTSEF/CE esteve presente, protestando contra a corrupção do governo Lula/FMI.

Foto: Válder Campanato

A atuação do Ministério da Agricultura através de suas unidades estaduais: a história de um desmonte

O MAPA era um órgão de execução propriamente dita. Era constituído de várias entidades, tais como: BNCC (Banco Nacional de Crédito Cooperativo), IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool), IC (Instituto do Café), CFP (Companhia de Financiamento da Produção), CIBRAZEN (Companhia Brasileira de Armazenamento), COBAL (Companhia Brasileira de Alimentação) etc.

As Delegacias, hoje Superintendências Estaduais, contavam com vários Postos Agropecuários (PAPs) espalhados pelas principais regiões. Nas PAPs, também conhecidas como bases físicas, executava-se uma série de atividades, dependendo de sua localização geográfica: exploração agropecuária, de hortas, irrigação, apicultura, fruticultura, produção de sementes/mudas etc. Estas bases físicas se constituíam em pólos difusores de tecnologia, centros de treinamentos para a região, orientando no manejo do solo para pecuária e agricultura, além de outras atividades pertinentes à agropecuária. O quadro técnico do órgão, notadamente engenheiros agrônomos e médicos veterinários, recebiam intenso treinamento em centros especializados com vistas à atualização em avanços tecnológicos, passíveis de serem implementados nas bases físicas.

O Ministério, através de seus grupos técnicos, orientava e elaborava projetos visando à captação de recursos. Mantinha um sistema de financiamento de insumos agrícolas, a preços razoáveis, principalmente máquinas, motores e implementos agrícolas. Contava também com Fazendas Modelo (Fazenda Normal de Criação) onde se realizavam estudos de comportamento de animais importados, testes,

ensaios e pesquisas de interesse dos criadores. No Laboratório de Sanidade Animal, eram realizados exames, bem como eram produzidas vacinas de interesse dos pecuaristas. Mantinha igualmente um serviço de controle de eficiência de defensivos agrícolas, além de realizar ensaios de culturas e prestar orientação aos usuários sobre o uso seguro dos produtos. Todo o serviço de classificação de produtos de origem vegetal (cera de carnaúba, milho, feijão, castanha etc.), destinados à exportação era feito pelos classificadores do MAPA.

Durante o Governo Médici, na administração do Dr. Allyson Paulinelle, o Ministério da Agricultura deixou de executar a maioria de suas ações/atividades, junto à comunidade agrícola, passando apenas a coordenar/supervisionar estas atividades, que foram delegadas às Secretarias de Agricultura nos Estados ou a outras entidades, muitas vezes através de convênios. Os técnicos que executavam estas ações nas bases físicas (PAPs) foram convocados para suas respectivas sedes com o intuito de coordenar as ações delegadas. Porém, o corpo técnico não foi treinado para essa nova missão. Além disso, o repasse de verbas aos órgãos estaduais não foi suficientemente agilizado, dificultando a implementação das metas delineadas. Os órgãos responsáveis pela execução não estavam preparados nem possuíam recursos humanos treinados para esse fim. A maioria das bases físicas foi abandonada e invadida, causando problemas para o MAPA, pois faziam parte do seu patrimônio. O pequeno número que sobrou, particularmente aquelas com boa infraestrutura, apresentou resultado discreto.

Vale salientar que, após essa mudança no MAPA, passando de órgão executor para órgão supervisor, observou-se o seguinte:

1. Reduzidíssima execução direta de atividades junto ao pequeno/médio produtor rural;
2. A assistência às comunidades agrícolas foi assumida pela EMATER, porém com uma significativa redução do número de escritórios e, por conseguinte, houve o cancelamento de muitas ações de interesse do pequeno produtor;
3. As ações de fomento (financiamento/ venda de equipamentos e insumos agrícolas) deixaram de ser executadas;
4. As linhas gerais de atuação do órgão nos Estados foram, em parte, centralizadas em Brasília, e nem sempre se adequavam à realidade dos Estados;
5. Houve uma redução drástica de cursos de reciclagem e treinamento para os técnicos, dificultando a viabilização das metas/objetivos a serem alcançados;
6. Praticamente todas as atividades inseridas nas diversas atividades técnicas estão voltadas para o mercado exterior, atendendo, assim, o agronegócio;
7. A participação do pequeno/médio produtor no agronegócio não atende aos seus anseios. Quando conseguem participar, geralmente se submetem à política dos grandes produtores/empresários;

Em resumo, a ação do MAPA está voltada para o mercado internacional, não disponibilizando seu contingente técnico para atender o pequeno/médio produtor que não esteja vinculado ao comércio exterior. É mais um triste caso de desmonte de um órgão público que tinha uma função essencial no desenvolvimento de uma política diferenciada de apoio ao pequeno e médio produtor rural.

SINTSEF/CE reúne-se com comandante da Base Aérea de Fortaleza

No dia 15/9, às 10h30, o SINTSEF/CE – representado pelos diretores Alfredo Moreira e Luís Carlos Macedo, acompanhados da advogada Aderline Tavares – reuniu-se, em audiência, com o comandante da Base Aérea de Fortaleza, Cel. Av. Carlos de Almeida Baptista Júnior. A reunião transcorreu de forma produtiva, com o comandante comprometendo-se a enviar um Ofício ao Sindicato até o final do mês com respostas às nossas reivindicações. Na pauta, os seguintes assuntos:

1. Fichas financeiras: Foi questionada a demora na liberação das fichas financeiras de passivos trabalhistas (anuênio, 3,17% etc.). O Coronel afirmou que o objetivo é liberar tudo, sem colocar dificuldades;

2. Insalubridade: O comando também se mostrou aberto à discussão sobre o assunto, inclusive sugerindo ao SINTSEF/CE a contratação de um técnico em medicina do trabalho para que o mesmo pudesse contestar o laudo do Ministério do Trabalho. O Cel. Baptista Jr. afirmou ainda que já tinha

adiantado algumas correções, mediante perícia feita pelo médico da própria corporação (retorno do adicional para alguns funcionários do rancho e reajuste de 10% para 20% para servidores que tiveram perdas, por exemplo);

3. Novo prédio: Também foi informado que está sendo realizada a reforma do prédio anexo ao cinema da BAFZ para que o mesmo seja ocupado pelo setor de Recursos Humanos dos servidores civis. O comandante reconheceu que, atualmente, o local não oferece as condições ideais de funcionamento.

Teses para o 8º Congresso do SINTSEF/CE devem ser enviadas até o dia 7 de outubro

A Comissão Organizadora já realizou a primeira reunião, dia 13/9, para pensar o 8º Congresso do SINTSEF/CE. O evento foi convocado pelo Conselho de Delegados Sindicais de Base, reunido em 20/08/05, na cidade do Crato, a realizar-se no período de 8 a 11 de dezembro de 2005, no Porto D´Aldeia Resort. O período para entrega de teses à Secretaria do SINTSEF/CE, já começou desde

o dia 1º de setembro e vai até 7 de outubro de 2005. O SINTSEF/CE responsabilizar-se-á somente pela reprodução das teses, quando as mesmas forem entregues à Secretaria do SINTSEF/CE dentro do período estabelecido. As teses deverão ser subscritas por filiados do SINTSEF/CE. A eleição dos delegados vai de 17/10 a 30/11, nos locais de trabalho. Participe!

Convocatória do 8º congresso do SINTSEF/CE

O Conselho de Delegados Sindicais de Base, reunido em 20/08/05, na cidade do Crato, de conformidade com os artigos 12 a 16 do Estatuto do SINTSEF/CE, convoca o 8º Congresso do SINTSEF/CE, a realizar-se no período de 08 a 11 de dezembro de 2005, no Porto D´Aldeia Resort.

I – DA PAUTA

- Análise de conjuntura nacional e internacional;
- Balanço da Organização e da luta dos trabalhadores;
- Estratégias políticas do SINTSEF/CE junto ao movimento sindical, popular e estudantil;
- Plano de lutas;
- Convocação de Assembléia Estatutária.

II – DA ORGANIZAÇÃO

• A organização do Congresso está a cargo da Coordenação Organizadora composta pelos seguintes membros: Direção Colegiada, Coordenação do Conselho de Delegados Sindicais de Base e um representante de cada uma das sete Delegacias Sindicais de Base do SINTSEF/CE. A Coordenação Organizadora reunir-se-á mensalmente na sede do SINTSEF/CE.

III – DOS PARTICIPANTES

- Os delegados eleitos, dentre os filiados, em assembléia nos locais de trabalho, participarão com direito a voz e voto;
- Só poderão participar como observadores com direito a voz no Congresso, os filiados que forem referendados pelas assembléias nos locais de trabalho, quando da eleição dos delegados;
- Somente à assembléia que não der quorum terá direito a eleger um observador.

IV – DA ELEIÇÃO DOS DELEGADOS

- Os delegados serão eleitos entre os filiados do SINTSEF/CE, em assembléia realizada por local de trabalho na proporção de 01 delegado para cada 05 filiados presentes na assembléia, ou fração igual ou superior a 03;
- Os suplentes serão eleitos na mesma assembléia dos delegados;
- Para eleger os delegados nos locais de trabalho faz-se necessário o quorum mínimo de 05 (cinco) filiados, presentes à assembléia;
- Os filiados da Capital, aposentados e pensionistas, serão eleitos em assembléia específica na sede do SINTSEF/CE. No interior do Estado serão eleitos em assembléias específicas nas regiões das respectivas Delegacias Sindicais de Base;
- Os filiados demitidos deverão concorrer à eleição de Delegados na mesma assembléia dos ativos, nos órgãos a que estejam vinculados.

V – DAS ASSEMBLÉIAS

- As assembléias deverão ser convocadas pelos delegados sindicais de base, ou pelos coordenadores das Delegacias Sindicais de Base, devendo a realização das mesmas ser comunicada à Coordenação Organizadora do Congresso, com antecedência mínima de 03 dias úteis;
- As atas das assembléias e as listas de presença serão padronizadas, deverão ser encaminhadas à Coordenação Organizadora, que terá como endereço a sede do SINTSEF/CE, no prazo máximo de 72 horas após a realização das mesmas;
- O período para realização das assembléias será de 17 de outubro a 30 de novembro 2005;
- Quando nem os delegados de base e nem os coordenadores das Delegacias

Sindicais de Base convocarem as assembléias, cabe à Direção Colegiada convocá-las.

VI – DO CREDENCIAMENTO

- O credenciamento dos delegados será realizado no local do Congresso, no dia 08 de dezembro das 08 às 14h;
- O credenciamento dos suplentes e observadores, será realizado no local do Congresso no dia 08 de dezembro das 14 às 18h;
- Quando o delegado renunciar por escrito, o suplente imediato poderá se credenciar no mesmo horário dos delegados, mediante a apresentação do documento da renúncia.

VII – DA ENTREGA DAS TESES

- O período para entrega de teses, à Secretaria do SINTSEF/CE, será de 1º de setembro a 7 de outubro de 2005;
- O SINTSEF/CE responsabilizar-se-á somente pela reprodução das teses, quando as mesmas forem entregues à Secretaria do SINTSEF/CE dentro do período supra-estabelecido;
- As teses deverão ser subscritas por filiados do SINTSEF/CE.

VIII – DO CUSTEIO

- As despesas do 8º Congresso do SINTSEF/CE serão custeadas com recursos financeiros da própria Entidade;
- Os delegados e os observadores que participarem efetivamente do 8º Congresso do SINTSEF/CE, eleitos nos locais de trabalho, terão custeadas todas as suas despesas com deslocamento, hospedagem e alimentação no local da realização do Congresso.

Crato, 20 de agosto de 2005

Conselho de Delegados Sindicais de Base do SINTSEF/CE

EXPEDIENTE O Jornal do SINTSEF/CE é uma publicação mensal de responsabilidade da Direção Colegiada do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará. As matérias assinadas não refletem, necessariamente, a opinião da entidade. Jornalista responsável: Demétrio Andrade – Mtb CE00974JP. Tiragem: 13 mil exemplares. Impressão e editoração: Expressão Gráfica (3253.2222). Rua 24 de Maio, 1201 – Centro – Fortaleza-CE. PABX: 254.4100 . CEP: 60.020-031. Site: www.sintsef-ce.org.br. E-mail: imprensa@sintsef-ce.org.br. DIREÇÃO COLEGIADA: Coordenação Geral: Luís Carlos Macêdo (FUNASA - CORE) e Eliseu Lima (CONAB - SUREG); Coordenação Jurídica: Ednir Lima (aposentado ex-SUDENE) e Lúcia Marques (FUNASA - Jaguaribe); Coordenação de Imprensa: Helano Furtado (FUNASA - Micro Maracanaú), João Batista (FUNASA - Sobral) e Asevedo Quirino (FUNASA - Crato); Coordenação de Formação Política: José de Assis (FUNASA - Micro de Maracanaú), Francisco Gomes (Min. de Fazenda) e Afonso Barbosa (FUNASA - Micro I – Secretaria Executiva Regional V); Coordenação de Finanças: Alfredo Moreira (Base Aérea) e Josemar Martins (CONAB - Crateús); Coordenação Cultural: Rômulo George (IBAMA - Superintendência) e Germano Moreira (DNOCS - Icó); Coordenação de Aposentados e Pensionistas: Geraldo Costa (aposentado DNOCS), Carlos Eugênio (FUNASA - Canindé) e Airtton Cardoso (DNIT -Fortaleza); Coordenação Administrativa: Aluísio Bastos (aposentado DNOCS) e Benedito Holanda (FUNASA - CORE). SUPLENTE: José Newton Gama (FUNASA - Crato), Francisco Martins Henriques (CONAB - SUREG) e Lúcia Pereira (DRT). CONSELHO FISCAL: Fátima Girão (FUNASA - Micro Olavo Bilac), Francisco Chaves (INSS - Crato), José Ribamar (FUNASA - Centro de Zoonose - Conj. Ceará), José Pinheiro (FUNASA - Iguatu), José Amorim (Min. Da Agricultura), Maria de Fátima Ribeiro (DNOCS - Jaibaras) e Mauro Feliciano (Min. da Fazenda). SUPLENTE: Raimundo Cândido (CONAB - Juazeiro do Norte) e José Araújo (DNOCS - Amanari).



Prof. Giovanni Alves

“A CUT está mais próxima da Força Sindical”

ENTREVISTA

Giovanni Alves, 44 anos, professor de sociologia da UNESP-Campus de Marília, é atualmente coordenador da Pós-graduação em Ciências Sociais desta Faculdade, e pesquisador do CNPq com Bolsa de Pesquisa Produtividade Nível II. Especialista em sociologia do trabalho, dá palestras e tem livros publicados sobre as transformações estruturais do mundo do trabalho no Brasil e no mundo (maiores informações no site www.giovannialves.org). Em entrevista ao Jornal do SINTSEF/CE, ele criticou a burocracia da CUT: “a Central Sindical deve lutar pelos direitos dos trabalhadores e ser agente de luta e organização dos trabalhadores pelo socialismo, horizonte estratégico fundamental. Não pode se comprometer com qualquer governo”.

1. Historicamente, a CUT teve um papel decisivo na construção de um movimento sindical combativo e na luta pela redemocratização do país através do movimento sindical. Porém, sua identificação com o PT e a subida de Lula ao governo abalaram a credibilidade da Central junto aos trabalhadores?

A credibilidade da CUT junto aos trabalhadores foi abalada a partir do momento que ela se burocratizou e se afastou das lutas cotidianas dos trabalhadores brasileiros. É algo que ocorre no decorrer dos anos 1990. Portanto, não é de agora a perda de sua identidade classista. O processo de burocratização da CUT, tal como o do PT, se intensificou na década de 1990, com uma cúpula sindical se afastando das bases, passando a adotar uma política de sindicalismo propositivo, ligada a valores da concertação social entre Trabalho e Capital; enfim, afastando-se dos horizontes de luta pelo socialismo, bandeira histórica da classe trabalhadora. Falar em concertação social num país tal injusto e desigual é uma afronta à inteligência crítica. Nos últimos 15 anos, a CUT deixou de ser a marca de luta e de emancipação da classe trabalhadora, sendo mais uma Central Sindical sedenta de institucionalização na Ordem do Capital. Com o governo Lula, esta Central Sindical assumiu um espírito governista, não adotando, como deveria adotar, postura

mais enérgica de crítica, de luta e de mobilização, contra as reformas neoliberais do Governo Lula. Enfim, tal como o PT, a CUT foi perdendo a capacidade de constituir horizontes utópicos, deixando de representar as classes subalternas num país capitalista tão injusto e desigual como o Brasil. Quem sabe um dia possa recuperar seu papel histórico de ser uma bandeira de luta pela emancipação do Trabalho no Brasil. Mas isto exige afastar a atual cúpula sindical, totalmente imbuída do espírito perverso e cinzento do pragmatismo político. Se isto não ocorrer, ela tende a ser mais uma estrutura burocrática integrada ao discurso da Ordem vigente.

2. O lema “liberdade e autonomia sindical”, uma das marcas da CUT, é ferido quando a Central topa realizar atos de solidariedade ao governo Lula, em meio a inúmeras denúncias de corrupção?

A Central Sindical deve lutar pelos direitos dos trabalhadores e ser agente de luta e organização dos trabalhadores pelo socialismo, horizonte estratégico fundamental. Não pode se comprometer com qualquer governo, enquanto este Estado político for o Estado do Capital. A emancipação da classe trabalhadora é obra da própria classe trabalhadora e não de qualquer governo ou mesmo Partido. O governo Lula tem mantido a política econômica favorável aos interesses do capital financeiro e tem usurpado direitos dos trabalhadores na Reforma da Previdência, além de propor uma Reforma Sindical que só consolida o poder das cúpulas sindicais burocratizadas. Como ser solidário com tal Governo? O que a CUT deveria é fazer atos contra este sistema político apodrecido e distante dos anseios populares e de uma verdadeira democracia. Este sistema político não serve aos trabalhadores. A corrupção é apenas o epifenômeno de uma necrose política mais profunda. Qualquer partido - e não apenas o PT - que almejar o poder está à mercê da corrupção endêmica.

3. Os servidores públicos vêm sofrendo perdas salariais consideráveis e perseguição política explícita desde o governo Collor, passando por Itamar, FHC (com 7 anos sem reajuste) e agora Lula, com a reforma da Previdência. Por que a CUT não se posta

incisivamente em defesa desta categoria?

A CUT se distanciou dos anseios dos trabalhadores na medida em que se burocratizou e passou a levar em consideração apenas os anseios de institucionalização de uma cúpula sindical eivada de um pragmatismo venal. Fizeram a opção pela Ordem, o que significa aceitar, quase como um destino, a lógica da globalização e das proposições da reestruturação capitalista. Hoje estão mais próximos da Força Sindical do que eles próprios imaginam. Ainda têm uma auto-imagem de defensores da classe trabalhadora. Mas hoje a CUT não é mais a marca da indignação e da luta contra a barbárie social que assola o País. Perdeu essa marca de ser um eixo de luta anticapitalista. Pelo contrário, não apenas negocia, mas aceita os valores da Ordem burguesa. Assim, é a burocratização e os valores da concertação social que minaram sua capacidade de defender interesses das bases sindicais e dos trabalhadores ameaçados pelas reformas neoliberais dos últimos governos.

4. Lula está com a credibilidade abalada e está participando de uma série de atos puxados por entidades de trabalhadores. Na sua avaliação, é um retorno real às bases ou uma estratégia oportunista num momento de crise?

Não existe retorno real às bases. É um gesto oportunista, como qualquer governante da ordem faria se tivesse tal cacife político e sindical de Lula. Ele busca se legitimar junto às suas bases sindicais. Mas veja bem, são bases sindicais específicas, uma corporação metalúrgica, uma aristocracia operária beneficiada pela política concertativa da CUT em São Bernardo, por exemplo. Enfim, as classes subalternas, o proletariado excluído, os trabalhadores vítimas das reformas neoliberais, do desemprego aberto, subproduto da política de juros altos do banco Central - estas bases de trabalhadores, muitas delas distantes dos sindicatos burocratizados, não são alvo de Lula, porque Lula não os representa mais. A questão é essa: quem representa tais bases sociais de trabalhadores proletarizados, imersos no cotidiano estranhado, trabalhadores não-organizados, explorados na indústria terceirizada e nos serviços precários?

Crise estrutural do capital

Antônia Rozimar Machado e Rocha
Francisca Maurilene do Carmo

O capitalismo, a partir da década de 1970, inicia um quadro crítico que pode ser evidenciado de acordo com Antunes (2001, p. 30), através da “queda da taxa de lucro; esgotamento do padrão taylorista-fordista de produção; hipertrofia da esfera financeira; maior concentração de capitais; crise do Estado do bem-estar social e incremento acentuado das privatizações”.

Os elementos constitutivos de análise desse quadro são de grande complexidade. Para além das análises correntes, pautadas numa dimensão fenomênica, compreendemos conforme Mézszáros (2000), que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo, mas a uma crise estrutural do próprio sistema do capital, que, pela primeira vez em toda a história, atinge todo o conjunto da humanidade.

Esta crise deve-se à própria constituição do sistema do capital, que carrega consigo um antagonismo estrutural de subordinação do trabalho ao capital. Este garante sua hegemonia a partir da produção generalizada de mercadorias, subordinando o valor de uso ao valor de troca. Desta forma, reduz os seres humanos à mera condição de força de trabalho e de mercado consumidor.

Explicita Mézszáros (2000) que a existência do capital antecede ao próprio capitalismo e remonta a milhares de anos na história. Como exemplo, o autor cita o capital monetário e mercantil como momentos ilustrativos de sistemas específicos de controle do metabolismo social que permaneceram subordinados aos seus respectivos modos de produção. No entanto, somente a partir dos três últimos séculos o capital se impõe como

um sistema global, garantindo sua dominação através da forma propriamente capitalista, realizada através da extração e apropriação de sobretrabalho na forma de mais-valia.

Nesse sentido, o capital vem impondo sua dominação, com vistas a garantir sua reprodução através de formas nefastas e devastadoras, com destruição e barbárie para a humanidade à mercê de sua lógica expansionista, hoje fortemente representada na ideologia da globalização.

Como um dos exemplos, das tentativas da superação dos limites sistêmicos do capital, temos o Estado do bem-estar social, que, conforme Mézszáros (2000), não conseguiu soluções estruturais viáveis e sim uma hibridização do próprio sistema. Esta solução reformista não apresentou as respostas necessárias à superação das profundas contradições do sistema, mas apenas conteve a crise por um curto espaço de tempo.

Os elementos indicativos desta crise estrutural fizeram o capital implementar um amplo processo de reestruturação, com vistas à recuperação do seu ciclo reprodutivo, haja vista que todo o processo de lutas entre capital e trabalho com seu apogeu nos anos 60, não resultou numa alternativa radical ao modo de controle do metabolismo social do capital.

Atendo-se somente à dimensão fenomênica da crise, que é indicada como crise do taylorismo-fordismo e não como crise estrutural do capital, surge uma nova forma produtiva que em resposta à crise, aumenta a produção e reduz ao menor número possível a quantidade de trabalhadores, neste contex-

to, os mais fortemente atingidos na sua materialidade, por meio de um ideário fragmentador e apologético da individualidade.

Todas as transformações ocorridas no processo produtivo, por meio do toyotismo e das novas formas de acumulação flexível, implicaram profundas mutações nas formas de organização da produção e desencadearam a instituição de um outro perfil de trabalhador. Este, supostamente apoiado em uma dimensão intelectual, e não mais física, atendendo assim às novas exigências do capital, com vistas à recuperação do seu ciclo reprodutivo.

No entanto, é oportuno destacar, que o avanço das forças produtivas e o maior uso da dimensão intelectual nos processos de trabalho não têm possibilitado uma existência humana mais livre e universal, considerando que, o avanço tecnológico, numa sociedade regida pelo capital, tem se realizado de forma contraditória, possibilitando por essas condições a expansão do fenômeno da alienação.

Isto porque a sociedade capitalista, fundamentada na divisão social do trabalho, na propriedade privada e na subordinação estrutural do trabalho ao capital, não permite que o avanço das forças produtivas possibilite a emancipação humana. Ao contrário, uma vida plena de sentido só será possível em um outro tipo de sociabilidade, livre das amarras do capital, em que a produção social esteja voltada para os valores de uso e não para os valores de troca, condição essencial para que as objetivações humanas produzidas ao longo da história abram possibilidades de desenvolvimento pleno das potencialidades dos indivíduos e do gênero humano.

V Encontro Nacional dos Aposentados e Pensionistas da CONDSEF

O V Encontro Nacional dos Aposentados e Pensionistas da base da CONDSEF estará se realizando na sede da Confederação, em Brasília, dia 28 e 29 de outubro, contando com a presença de 10 delegados eleitos da base do SINTSEF/CE, além do diretor Geraldo Costa, delegado pelo DENAP.

Vem aí o 2º Encontro Estadual dos Servidores Civis em Órgãos Militares

Será realizado em Fortaleza, na sede do SINTSEF/CE, no dia 1º de outubro de 2005, durante todo o sábado, o 2º Encontro Estadual dos Servidores Civis de Órgãos Militares. O evento é organizado pelo Sindicato. No dia 16/9, realizou-se, em Brasília, na sede da CONDSEF, a reunião ampliação do Departamento dos Servidores de Órgãos Militares Civis da base da Confederação. O SINTSEF/CE foi representado pelo diretor Alfredo Moreira. A principal deliberação foi que haverá, dia 19/10, uma grande manifestação em Brasília, em frente ao Ministério do Planejamento e no Ministério da Defesa, com servidores vindo em caravanas de todo o Brasil. As principais reivindicações são as seguintes: Plano de Saúde, PCCS e Reenquadramento.

Grupo de Estudos do SINTSEF/CE realiza 2ª reunião

Com a participação de membros da Diretoria Colegiada, de filiados da base e convidados, foi realizada a 2ª reunião do Grupo de Estudos Políticos do SINTSEF/CE, que debateu sobre o tema “A perspectiva dos trabalhadores e de suas organizações frente ao governo Lula”. A próxima reunião ocorrerá no dia 28 de setembro (quarta-feira), às 14h, na sede do SINTSEF/CE. Na oportunidade, os participantes discutirão sobre “A ética na política”. Lembramos que o Grupo de Estudos é aberto a todos os filiados do SINTSEF/CE da Região Metropolitana, não tendo caráter formal ou deliberativo em relação à entidade.

Filiados que têm processo de resíduos do FGTS devem enviar nova documentação ao SINTSEF/CE

Os servidores federais filiados que têm processo reivindicando os resíduos do FGTS devem enviar nova documentação ao SINTSEF/CE, informando e comprovando alguns dados. As exigências são as seguintes:

1. Ter sido celetista, ou seja, submetido ao regime da CLT;
2. Não ter assinado o termo de adesão (acordo) com a CEF;
3. Pedir ao agente depositário (ex: Banco do Brasil), os extratos do FGTS dos planos econômicos referentes aos seguintes períodos: 1º/12/88 a 1º/01/89 e 1º/02/90 a 1º/06/90;
4. Após o recebimento dos extratos, trazer ao Sindicato para serem elaborados os cálculos que serão encaminhados à Justiça.

SINTSEF/CE reúne-se com secretário de Saúde do Estado e discute situação dos servidores da FUNASA

Representantes do SINTSEF/CE – diretores Luís Carlos Macêdo, Helano Furtado e José de Assis – foram recebidos pelo secretário de Saúde do Estado, Jurandir Frutuoso, em audiência ocorrida dia 12 de setembro, às 16h, na sede da Secretaria da Saúde (SESA). Na oportunidade, o SINTSEF/CE entregou um minidossiê aglutinando todas as reivindicações. Acerca das questões tratadas, foi assumido o compromisso pela SESA de dar um retorno ao SINTSEF/CE ainda em setembro. Dentre os assuntos tratados, destacam-se:

- Falta de fardamento e de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);
- Interferência do Estado nas greves com ameaça de corte de ponto. Foi esclarecido pelo Sindicato que, como os trabalhadores da FUNASA são do âmbito federal, a negocia-



Secretário Jurandir Frutuoso com os diretores Luís Carlos Macedo, Helano Furtado e José de Assis

ção dar-se-á somente com a União, não competindo à SESA qualquer interferência no processo. Em caso de GREVE, o SINTSEF/CE enviará comunicado sobre o assunto àquela Secretaria;

- Sobrecarga de trabalho dos motoristas e dos operadores de UBV nas microrregiões. Segundo denúncias, alguns chegam a trabalhar até mais de 12 horas por dia, ficando expostos aos inseticidas;

• Más condições de trabalho na Central de UBV do Eusébio. Os dormitórios e refeitórios dos servidores localizam-se no mesmo ambiente onde se armazena os inseticidas. Além disso, a lavagem dos veículos (fumacês) ocorre fora dos diques apropriados, contaminando o lençol freático, cacimbas e lagoas circunvizinhas. Os servidores – e a população – se ressentem de uma estação de tratamento adequada, com recolhimento semanal dos resíduos para despejo em local apropriado. Finalmente, há a preocupação com o destino final das embalagens de inseticidas. Sobre esse último tópico, o secretário informou que está sendo providenciado o recolhimento das mesmas pelos próprios fornecedores.

SINTSEF/CE reúne-se com presidente da FUNASA

O SINTSEF/CE – representado pelos diretores Luís Carlos Macêdo, José de Assis, Afonso Barbosa e Helano Furtado, além dos delegados sindicais Hélio Alves e Renato Victor – reuniu-se na sexta-feira, dia 23/9, pela manhã, com o presidente da FUNASA, Paulo Lustosa, que estava em Fortaleza, na sede da Coordenação Regional do órgão. Na oportunidade, os servidores solicitaram uma audiência formal e expuseram novamente vários problemas vividos pela categoria. A pauta entregue reivindicou o seguinte:

1 – Os exames periódicos obrigatórios estão a mais de três anos suspensos, e os trabalhadores, principalmente aqueles que labutam nos programas de controle de vetores, ficam sujeitos a se intoxicarem com o manuseio por inseticida. A FUNASA não está cumprindo com sua parte.



Paulo Lustosa recebeu diretores do SINTSEF/CE

2 – Os demitidos e anistiados estão aguardando há mais de três anos o pagamento de ação de exercícios anteriores – esses trabalhadores são do quadro da FUNASA/CE demitidos no governo Collor e reintegrados, que ainda não receberam os valores financeiros dos exercícios citados, pois não existe previsão de pagamento de débitos por parte do governo, ficando de-

pendendo exclusivamente da vontade política do MPOG.

3 – A lotação dos trabalhadores da FUNASA descentralizados e do setor de epidemiologia, necessitam de uma definição imediata, na Fundação ou na estrutura de RH do MS, pois está havendo negociação com o governo para a implementação do PCC para todos os servidores do Ministério da Saúde.

4 – A discussão da transformação da indenização de campo em gratificação permanente de campo está acontecendo na Mesa Setorial de Negociação Permanente do Ministério da Saúde. Segundo informações, o anteprojeto já se encontra no MPOG.

5 – Não existe política para a saúde inerente aos riscos de acidentes para os trabalhadores da FUNASA. Simplesmente o que existe é a formação das Comissões Nacional e Regional de Saúde do Trabalhador, sem estrutura de trabalho.

Dia Nacional de Luta dos servidores federais acontece em dois locais



Ato no BEC dos Peixinhos

Em 14 de setembro os servidores federais realizaram um Dia Nacional de Luta, com ato em frente à Agência do BEC dos Peixinhos (Rua Br. do Rio Branco, 1288 - Centro), a partir das 9h. Também pela manhã, os servidores do Ministério da Defesa realizaram outro ato, às 10h, com manifestação em frente ao Hospital do Exército (Av. Desembargador Moreira, 1500). No caso do ato no BEC, o local foi escolhido para protestar também contra a

privatização do BEC e tornou-se vitorioso, pois na noite do mesmo dia o leilão do banco, marcado para ocorrer dia 15/9, foi suspenso, mediante decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que considerou inconstitucional o caixa único do Estado ser movimentado em banco privado. Há quase 11 anos os bancários, notadamente os becistas (funcionários do BEC), lutavam para evitar que mais esse grande patrimônio cearense fosse entregue à iniciativa privada.

O principal motivo das mobilizações é o não cumprimento do acordo que pôs fim à última GREVE realizada pela categoria, entre os dias 2 de junho a 14 julho de 2005. Os servidores federais retornaram da GREVE com a promessa de retomada das negociações. Porém, o Ministério do Planejamento sequer recebeu os representantes dos servidores federais. Até agora, os servidores do Executivo tiveram somente 0,1%



Ato na Praça do Hospital do Exército

de reajuste, o que não repõe sequer a inflação de um mês. Após constantes perdas, os servidores reivindicam um reajuste emergencial de 18%.

Como o Congresso Nacional derrubou o veto do presidente sobre os 15% de aumento dos servidores do Poder Legislativo, retroativo a 1º de janeiro de 2005, foi aberto um precedente para reivindicar os mesmos direitos ao servidor público federal, também de forma retroativa.

CONDSEF reúne-se com Ministro do Planejamento para discutir situação dos servidores do DNOCS



Servidores realizaram Missa Campal dia 12/9, na sede do DNOCS

No dia 12 de setembro, os servidores do DNOCS realizaram um ato com uma missa campal em frente ao órgão. A partir das 8h30, o Pe. Haroldo Coelho celebrou com a categoria sob protesto. A criminosa retirada da gratificação implantada há mais de 20 anos nos contracheques dos funcionários do DNOCS provocou uma manifestação dos servidores do órgão em frente ao edifício sede daquela repartição nos dias 2 e 5 de setembro. O SINTSEF/CE esteve sempre presente, com o carro de som, levando solidariedade aos servidores que ficaram revoltados com a supressão de 33,33% dos seus proventos.

A Direção Colegiada do SINTSEF/CE contrapõe-se às últimas notícias veiculadas no jornal "CONVIVER", publicado pelo DNOCS, pelo fato do mesmo haver estampado algumas matérias não

condizentes com a verdade, contrariando o movimento encaminhado pelo Comando formalizado no recém movimento grevista naquele órgão. Aquele jornal distorce o que foi divulgado pelo Comando de Greve, na ocasião da penúltima assembléia dos servidores do Departamento, ali realizada. Fala, por exemplo, que a única solução possível para resolver o impasse era a imediata implantação do Plano de Cargos e Carreiras (PCCS), cujo processo já se encontra no Ministério do Planejamento, e que, em reunião com o titular desta pasta, Paulo Bernardo, o mesmo mostrou-se solícito, criando uma falsa esperança na categoria.

São várias as questões que devem ser abordadas sobre os recentes acontecimentos administrativos que por ali se passam, como por exemplo: 1) Os rumores da possível privatização do setor de Piscicultura, que devem ser questionados de forma clara e colocadas em discussão com os trabalhadores, suas respectivas organizações e com a própria sociedade; (2) Dar fim à terceirização no âmbito do Departamento, o que só vem causando transtornos administrativos, haja vista o preenchimento de cargos, através de apadrinhamento político, de pessoas

completamente leigas as questões administrativas do órgão, servindo apenas para emperrar os trabalhos daquela máquina estatal. É bom frisar que, em virtude de denúncias recentemente feitas sobre a Chefia de Recursos Humanos, cuja titular era também terceirizada, ausente constantemente do órgão (tendo a mesma pedido sua exoneração), cuja vacância acaba de ser preenchida por um servidor de carreira da Casa. (3) Retirada da folha de pagamento de vários servidores, a Gratificação de Complementação Salarial (Bolsa), equivalente a 33,33% dos seus salários, cujo ganho vinha sendo concedido há mais de 20 anos, fugindo a princípio constitucional, considerando um direito adquirido, pela coisa julgada, no momento mais crucial em que vive os servidores públicos federais, sem reajuste salarial há quase 12 anos.

Outro fato a ser declarado é o de que, em todas as ocasiões que o SINTSEF/CE tem convocado os servidores do DNOCS em Assembléia, visando provocar um movimento paredista contra os atos administrativos e a própria condição que o governo vem colocando para os trabalhadores, sempre aparecem pessoas com arremedos de que vão solucionar os problemas, esfriando assim o movimento, que volta a ter novo alento, quando os próprios servidores tomam ciência de que nada foi resolvido. Esse é o clima atual.